

## ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO

### **[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12/07]**

1 — [•], com o Cartão de Cidadão n.º [•], residente [•], com o número de identificação fiscal [•], adjudicatário(a) no procedimento Aquisição de Serviços n.º [•], declara sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou de cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) (ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4) (5));

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a Segurança Social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação em Portugal (ou no estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo (ou indica ..... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)) os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) d) e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato ou concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, [•]de [•]de [•]

---

[•]

- 1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- 2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 3) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respetiva reabilitação.
- 4) Indicar se, entretanto, ocorreu, a respetiva reabilitação.
- 5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- 6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- 8) Declarar consoante a situação.
- 9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- 10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular suprir a expressão “a sua representada”.
- 11) Nos termos do disposto nos nºs. 4 e 5 do artigo 57º.